

**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## UMA BREVE REVISÃO DA HISTÓRIA, DOS DESAFIOS E DA RESILIÊNCIA DA ECONOMIA INDÍGENA NA AMAZÔNIA

**Fabiane Vasconcelos Corrêa<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

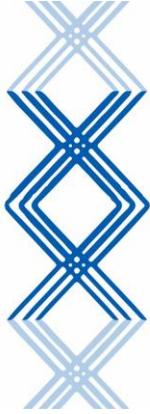
**José Otávio Magno Pires<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

### **Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência**

*Resumo: Este artigo realizou breve revisão da história, dos desafios e da resiliência da economia indígena na Amazônia, incluindo uma comparação das economias dos povos Ticuna, Wai Wai, Guajajara, Gavião, XiKrin e Yanomami. Utilizou-se como teoria de base a abordagem marxista, com destaque para as categorias produção, distribuição, troca e consumo. Adotou como metodologia o método histórico e o método comparativo, auxiliado pela análise de informações em arquivo, portanto dados secundários. Sua revisão histórica ressaltou a grandiosidade e a complexidade da economia indígena de quatro mil anos atrás, que se utilizava da agricultura, da piscicultura, de fertilizantes e outros avanços. Destacou com pesar a tragédia da destruição de 90% da população indígena americana como consequência das doenças e violência trazidas pelos europeus. Refletiu sobre as pressões sociais, políticas e econômicas sobre a sociedade e a economia indígena em décadas recentes e busca demonstrar que a economia indígena na Amazônia é resiliente, com potencial para recuperar seu dinamismo. Sugeri que é preciso duvidar sobre o paradigma de que a sociedade indígena compõe o estágio menor do processo civilizatório, apesar de ter sido ela que alimentou oito milhões de pessoas sem destruir natureza, enquanto os modelos de desenvolvimento da “civilização moderna” já destruíram ao menos 25% da floresta, em menos de meio século.*

*Palavras-chave: Economia Indígena na Amazônia; História milenar da economia indígena na Amazônia; Povos indígenas na Amazônia; Tragédia e violência.*



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## A BRIEF REVIEW OF THE HISTORY, CHALLENGES, AND RESILIENCE OF THE NATIVE PEOPLE ECONOMY IN THE AMAZON

### Thematic Session 13: Identity and territories: adaptation and resilience

*Abstract: This article operated a brief review of the native people economy's history, challenges, and resiliency in the Amazon, including a comparison of the economic systems in various native people in that region: Ticuna, Wai Wai, Guajajara, Gavião, Xicrin, and Yanomami. A Marxian approach was applied as the basic theory, highlighting the concepts of production, distribution, exchange, and consumption. Its methodology was the historic and the comparative methods, supported by data analysis from secondary materials. This work historical review gave prominence to the complexity of the native people economy in the Amazon, whose achievements included, the practice of agriculture, fish farm, fertilizers, and other, four thousand years ago, pointing with grief the destruction of 90% of the native population in the Americas because of diseases and violence brought by the European colonizers. Pondered on the social, political, and economic pressures on the native society over recent decades and aimed to demonstrate that the Amazon native economy is resilient, with strong potential to recover some of its previous capacities. It suggested that it is necessary to query about the paradigm that the native people society lags in the lowest ranks of the civilization process, even in the face of the fact that it fed at least eight million people without destroying the Amazon Forest, while the development models brought by the "modern civilization" have already destroyed about 25% of it, in less than half century.*

*Palavras-chave: Amazon Native People Economy; Millenary history of the Native People Economy in the Amazo;. Native People in the Amazo; Tragedy and violence.*



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## BREVE RESEÑA DE LA HISTORIA, LOS RETOS Y LA CAPACIDAD DE RECUPERACIÓN DE LA ECONOMÍA INDÍGENA EN LA AMAZONIA

### Sesión Temática 13: Identidad y territorios: adaptación y resiliencia

*Resumen: Este artículo realiza un breve repaso de la historia, los retos y la capacidad de recuperación de la economía indígena en la Amazonia, incluyendo una comparación de las economías de los pueblos Ticuna, Wai Wai, Guajajara, Gavião, XiKrin y Yanomami. Se utilizó el enfoque marxista como teoría básica, haciendo hincapié en las categorías de producción, distribución, intercambio y consumo. Adoptó como metodología el método histórico y el método comparativo, ayudado por el análisis de información en archivo, por tanto datos secundarios. Su repaso histórico puso de relieve la grandeza y complejidad de la economía indígena de hace cuatro mil años, que hacía uso de la agricultura, la piscicultura, los fertilizantes y otros avances. Destacó con pesar la tragedia de la destrucción del 90% de la población nativa americana como consecuencia de las enfermedades y la violencia traídas por los europeos. Reflexionó sobre las presiones sociales, políticas y económicas que han sufrido la sociedad y la economía indígenas en las últimas décadas y trata de demostrar que la economía indígena de la Amazonia es resistente, con potencial para recuperar su dinamismo. Sugirió que es necesario poner en duda el paradigma de que la sociedad indígena forma parte de la etapa más baja del proceso civilizatorio, a pesar de que ha alimentado a ocho millones de personas sin destruir la naturaleza, mientras que los modelos de desarrollo de la "civilización moderna" han destruido al menos el 25% de la selva en menos de medio siglo.*

*Palabras clave: Economía indígena en la Amazonia; Historia milenaria de la economía indígena en la Amazonia; Pueblos indígenas en la Amazonia; Tragedia y violencia.*

## 1. INTRODUÇÃO

A questão indígena na Amazônia e em todo o Brasil tem ganhado destaque cada vez maior por várias razões, indo desde a crescente mobilização e organização das comunidades indígenas, até os crescentes ataques de empresários e grileiros contra estes povos, passando pela discussão da questão ambiental, dada o crescente desmatamento da Amazônia devido as ações ilegais de empresários, assunto que está intimamente relacionado com o esforço da maioria das nações do planeta no sentido de combater o aquecimento global. Mas, além da ascensão da questão indígena na Amazônia dada o cenário político, ocorreu também um outro fenômeno, de natureza científica e acadêmica, que apesar de não ter o mesmo destaque na mídia que as questões políticas, apresenta importância de forma alguma menor: a avalanche de descobertas arqueológicas na Amazônia sobre o que faziam, como faziam, para o que faziam os indígenas amazônicos, inclusive nas suas atividades econômicas. Muitas conclusões e informações destas descobertas estão obrigando profundas revisões no papel, na importância e no nível de complexidade das sociedades indígenas que habitam nossa região desde mais de uma dezena de milhares de anos.

Para começar, os resultados destas pesquisas arqueológicas estão descortinando que a sociedade indígena na Amazônia de forma alguma se enquadra naquele quadro tradicional de que os povos originários não passavam de desfrutadores da floresta, com intensa atividade de caça e coleta. Ao contrário, tem-se descoberto que os indígenas na região iniciaram a agricultura pelo menos 5.000 anos atrás, havendo hipóteses de que tal tempo pode chegar a 8.000 anos no passado, comparando-se à regiões que por tal antecipação das atividades agropastoris são chamadas de berço da civilização no planeta, como a Mesopotâmia, na região do Tigres e do Eufrates. Em segundo lugar os indígenas construíram uma sociedade dinâmica, pujante, complexa e grandiosa, que chegou a pelo menos oito milhões de pessoas, com muita abundância de alimentos, fertilização dos solos, produção de peixes em açudes, formação de grandes assentamentos urbanos, entre outras conquistas. Mas o mais crítico das informações mais recentes advindas da arqueologia brasileira e mundial foi aquela que desvendou o fato de que a população das Américas pode ter sido dizimada na faixa de 90% de sua grandeza dada particularmente as doenças, mas também a violência trazidas pelos europeus a partir de Colombo,

representando uma verdadeira destruição de um processo civilizatório de enorme importância, que foi abruptamente interrompido, e que só agora está começando a ser revelado.

Portanto, a questão indígena na Amazônia ganha com este ingrediente a reflexão no sentido de como a sociedade indígena na região gerenciou uma população de mais de 8 milhões de habitantes sem destruir a floresta, poluir os rios, exaurir a fauna, extinguir os peixes, queimar largas faixas de árvores, mas muito pelo contrário: os indígenas, ao longo destes mais de 10.000 anos ajudaram a plantar grandes fatias da floresta amazônica, enriqueceram a fauna pré-existente, trouxeram para a humanidade o plantio de alimentos básicos no planeta, como cacau, batata doce, macaxeira, açaí etc. E a maior das reflexões: o que os modelos de desenvolvimento engendrados pelos “caciques” do capitalismo no Brasil e no mundo podem aprender com a história e os resultados da economia indígena tradicional, já que seus modelos têm como maior feito (negativo) destruir mais de 25% de toda a floresta amazônica brasileira em menos de 50 anos.

Estas reflexões levaram à implementação de um projeto de extensão da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, do PPGPAM, do IEDAR e da FACE, de promoção da produção de alimentos em terras indígenas, que está em sua fase inicial de implantação, mas já nos estimulando a refletir neste artigo sobre esta história fantástica de 14.000 anos da economia indígena na Amazônia, seus resultados, seus desafios e sua resiliência quase 500 anos após o lançamento da “bomba” biológica e política que destruiu um capítulo que não só precisa ser ainda mais revelado, como a partir do qual podemos inspirar novos rumos mais sustentáveis para a região e para o planeta, antes que seja muito tarde.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa que deu origem a este artigo se utilizou do método histórico e do método comparativo, específicos das específicas das Ciências Sociais (LAKATOS, MARCONI, 2005). A escolha de tais métodos de procedimento se baseou no fato de que assunto da economia indígena é ainda um fenômeno ainda relativamente pouco estudado, por isto mesmo com muitas hipóteses para serem confirmadas. O método comparativo foi particularmente útil para a pesquisa e para o artigo porque, para Lakatos e Marconi (2005, p.106-107),

assume que o levantamento de similaridades e o esclarecimento de diferenças permitem melhor entendimento do “comportamento humano”. Quanto aos seus objetivos o método da pesquisa foi descritiva, pois buscou apresentar as características de um fenômeno (ARRUDA, FARIAS, 2013). Já em termos do tipo de abordagem, considerando que as análises das informações e dos dados do fenômeno estudado ainda estão em fases iniciais, ficou mais adequado utilizar o método qualitativo. Esta foi uma pesquisa bibliográfica e, portanto, seus dados tem a procedência secundária, assim como seu universo disse respeito aos povos indígenas na Amazônia da era pré-colonial e os povos indígenas da Amazônia em períodos mais recentes.

### **3. REVISÃO DA LITERATURA**

#### **3.1 PRINCÍPIOS PARA ANÁLISE DAS ECONOMIAS**

Para Marx (2011) toda análise econômica discute as variáveis produção, distribuição, troca e consumo, nesta mesma ordem. A produção cria os objetos que correspondem às necessidades, a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais, a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute (MARX, 2011).

Na produção os membros da sociedade apropriam-se dos produtos da natureza para as suas necessidades. Então, quando se fala em produção, refere-se à produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. O capital é também um instrumento de produção, pois é trabalho passado e objetivado, uma relação natural, universal e eterna. No modo de produção capitalista, o valor dos produtos não é definido através do seu valor de uso, ou do seu valor de troca, mas pela extensão do de tempo de trabalho aplicado para as suas confecções. E é na mistificação do valor de troca de um dado produto que se materializa a mais valia, que é o resultado da exploração da mão-de-obra nas relações estabelecidas entre esta e os proprietários de capital no processo da produção, fenômeno próprio do sistema capitalista. A mais valia representa não só vetor principal, como aquele que é indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, através da acumulação do capital – o oxigênio de todo este sistema produtivo (MARX, 2011).

Harnecker (1973) lembra ainda que a produção se caracteriza por dois elementos inseparáveis – processo de trabalho e as relações de produção. O processo de trabalho é o conjunto de atividades de uma determinada organização ou unidade executado sistematicamente em uma lógica sequencial para a transformação de entradas em saídas, ou seja, para ser transformada em produto útil.

Nas relações sociais de produção, Harnecker *et al.*, (1976) observa que todo o processo de produção é um processo histórico que ocorre sob determinadas relações sociais de produção, sejam elas as relações de explorador – explorado, as relações de cooperação recíproca, relações sociais da produção: não são relações humanas e não dependem da vontade dos homens. As relações sociais de produção, segundo Harnecker se estabelecem entre os homens, determinadas pela relação de propriedade que estes têm com os meios de produção.

Harnecker (1973) exemplifica as várias fases da produção – material sobre o qual se trabalha-, onde os objetos que são transformados no processo da produção para constituírem o produto final é entendido como matérias-primas. Enquanto todos os objetos que direta ou indiretamente permite o indivíduo transformar a matéria-prima em produto final é entendido como instrumentos de produção, os meios de produção são todos os objetos materiais que influenciam no processo de trabalho, e finalmente, a força de trabalho, a qual determina todo o processo de trabalho. Os meios com os quais se trabalha – denominado por Marx meios de trabalho, caracteriza um sentido estrito e um sentido amplo. Os meios de trabalho em sentido estrito são coisas ou conjunto de coisas que o trabalhador interpõe diretamente entre ele e o objeto sobre o qual trabalha. Os meios de trabalho em sentido amplo compreendem todas as condições materiais que, sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis à realização desde. Dessa forma, afirma que todo processo de trabalho é uma estrutura constituída por três elementos fundamentais: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho que estabelecem entre si determinadas relações.

Por sua vez, a distribuição, segundo Marx (2011), determina a proporção dos produtos que caberá a cada indivíduo que participa da produção, ou seja, é o momento em que é definido a fatia de cada um no produto da sociedade. Tal distribuição é definida pela propriedade dos meios de produção de cada um dos

participantes do processo produtivo: como os proprietários do capital, o proprietário da mão-de-obra, o proprietário das instalações, etc. Por isto, não só a distribuição é o momento que determina as diferentes proporções da participação dos indivíduos no produto, como o faz com fatias distintas, isto é, não é uma distribuição igual para todos.

Se a propriedade dos fatores de produção na própria produção vai determinar a distribuição dos resultados o processo produtivo, a distribuição vai definir o quanto de recursos cada um participante da produção vai ter disponível para a fase da troca, que é quando o indivíduo se apropria dos bens e serviços que deseja e é capaz de comprar. Portanto, a troca converte a fatia de recursos apropriada pelo indivíduo na produção em produtos particulares por ele escolhido, no limite de suas capacidades materiais. A troca determina os produtos nos quais o indivíduo reclama a parte que a distribuição lhe atribuiu, sendo determinada pelo movimento social formal, quando o indivíduo reclama sua parte da distribuição para converter em produtos específicos (MARX, 2011).

No consumo os produtos adquiridos pela troca convertem-se em objetos de desfrute de apropriação individual, onde os produtos adquiridos na troca são convertidos em objetos de usufruto individual. É também no consumo que o processo recomeça, isto é, o consumo não é somente o ponto final, mas o recomeço. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também imediatamente produção enquanto procura para os produtos o sujeito para o qual são produtos. O produto recebe o seu acabamento final no consumo (MARX, 2011).

### 3.2 A ECONOMIA INDÍGENA PRÉ-COLONIAL NA AMAZÔNIA

A história de ocupação da Amazônia teve início quando grupos de homo sapiens chegaram à região há mais de 14 mil anos, após atravessarem da Ásia para a América pelo Estreito de Bering. No momento em que essas populações passaram a desenvolver a agricultura e viver sob um mesmo território por períodos prolongados, sociedades indígenas diversas e mais complexas emergiram na região amazônica (VERÍSSIMO *et al.*, 2014). Neves (2006) observa que houve ampla ocupação humana na região da Amazônia antes da chegada dos portugueses no Brasil, com pelo menos 8 milhões de pessoas manejando a floresta de forma adaptada, extraindo dela os recursos necessários para a sua sobrevivência e desenvolvimento, sem destruir o seu meio ambiente.

O que se sabe até hoje sobre a ocupação pré-colonial da região Amazônica ainda é bem pouco, mas pelo menos duas correntes procuram explicar a ocupação humana na Amazônia – arqueologia da Amazônia, iniciada por volta de 1950, procurando evidenciar que os padrões de organização dos grupos indígenas amazônicos do presente seria o mesmo padrão que antecedeu a chegada dos europeus, ou seja, baixa densidade demográfica e população pouco numerosa, sociedades sem estruturas hierarquizadas, etc. Outra corrente, mais recente, apoia que a floresta tropical não seria apenas receptora de tradições culturais, mas seria, ela própria, um centro produtor de inovações (COSTA, 2009).

Os europeus ao chegarem no Brasil a partir do século XV, não encontraram um espaço vazio, pelo contrário, encontraram um lugar que estava sendo habitado e mais que isso, um espaço que estava em pleno uso da terra, principalmente. As sociedades indígenas estavam distribuídas dentre muitas outras sociedades, obtendo de organizações distintas, tais quais encontravam-se entre os caçadores-coletores, aldeias agrícolas autônomas ou politicamente articuladas ou até mesmo, estados sustentados por técnicas de plantio intensivo. As pesquisas arqueológicas trouxeram para a história dos índios do Brasil e da Amazônia em meados do século XIX uma possível reconstituição do seu passado, tomando rumos muito mais significativos, de maneira que a pré-história indígena no Brasil têm sido fundamentadas com mais perspicuidade (MELATTI, 2007).

Para Souza (2019) os primeiros amazônidas experimentaram um grande desenvolvimento por volta de 2000 a.C., transformando-se em sociedades hierarquizadas, densamente povoadas, que se estendiam por quilômetros ao longo das margens do rio Amazonas. Essas imensas populações, que contavam com milhares de habitantes, deixaram marcas arqueológicas conhecidas como locais de “terra preta indígena”, com vestígios deixados através do cultivo da mandioca, por volta de 7 mil anos atrás, onde ajudaram a identificar a composição da chamada terra preta antropogênica analisada por Neves (2006) como um solo fertilizante produzido pelos indígenas, onde a presença mais antiga foi descoberta na região do rio Madeira, e o mais conhecido deles encontra-se nos arredores da cidade de Santarém, no Pará, exatamente um dos centros de uma poderosa sociedade de tuxauas, guerreiros que dominaram o rio Tapajós até o final do século XVII, já no período de colonização europeia.

As crônicas do século XVI, das quais a mais relevante são as de Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Francisco de Orellana, se cruzam com uma população numerosa habitando as margens do rio Amazonas e nas beiradas de seus principais afluentes (COSTA, 2009). O fato de que mesmo sem uma presença permanente e contínua em determinadas regiões, em poucas décadas os colonizadores provocaram a desestruturação e a redução populacional de vários povos, seja pela disseminação de doenças, seja pelas guerras para captura de escravos. Esse fenômeno se acentuou nas décadas seguintes, de modo que, em meados do século XVIII, quase todos os povos que habitavam a várzea do Amazonas estavam extintos ou reduzidos, e muitos outros haviam fugido para os altos cursos dos afluentes (PEREIRA, 2018).

É importante notar que a imagem da Amazônia foi sendo formada por meio das narrativas dos cronistas por volta do século XVI, que acompanhavam os colonizadores nas grandes viagens. Muitas informações presentes na crônica de Gaspar de Carvajal foram fatores essenciais para as primeiras impressões da região e, conseqüentemente, para a formação de muitos conceitos que hoje conhecemos (DO ROSÁRIO, 2018). Com os relatos de Gaspar de Carvajal apresentam os episódios mais expressivos da expedição de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro, como por exemplo o contato com os povos indígenas, traços de suas culturas, caracterizando-os e dando forte atenção a floresta.

Pequenas povoações de horticultores, há cerca de 5 mil anos, marca a transição das sociedades de caçadores e coletores para sociedades agrícolas. A economia desses povos provavelmente estava baseada na plantação de raízes como a mandioca, que já vinha sendo cultivada desde pelo menos 7 mil anos na região (VERÍSSIMO *et al.*, 2014). A agricultura é um processo, desenvolvido em duas principais etapas, onde há primeiro o período da transformação do espaço, a qual se dá por meio da abertura de uma roça e o momento da plantação, dos cuidados com o roçado e da colheita de diferentes plantas, ora destinadas à alimentação, ora à usos medicinais ou a servir de matéria prima para a produção de objetos (ALVES, 2001).

Dessa forma, a agricultura tradicional se desenvolve a partir da completude de muitos conhecimentos, incluindo diversos modos de relação com os ambientes e também formas de organização social e práticas da vida em comunidade. Muitos grupos indígenas da Amazônia dominavam sistemas

sofisticados de produção que incluíam desde conhecimentos de calendários agrícolas baseados na astrologia, até sistemas de seleção e manejo de solos e diversificação de culturas, os quais manejavam o ecossistema com características de semelhança igual à da vegetação nativa, com alta diversidade de espécies em suas roças (ALVES, 2001).

Uma das mais significativas contribuições dos indígenas das Américas para a humanidade foram as domesticações de plantas tecnicamente selvagens, as quais hoje são consumidas por todo o planeta, como o abacaxi, abacate, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, mamão, mandioca, maracujá, milho, pimenta-vermelha, tabaco e tomate, etc., as quais foram domesticadas antes da chegada dos europeus. Uma parte importante da economia dessas sociedades Amazônicas pré-coloniais estavam baseadas no manejo de plantas selvagens, tendo como exemplo o açaí que é uma planta importantíssima economicamente e culturalmente, porém, tecnicamente é uma planta não domesticada, mas que é consumida, assim como outras palmeiras como a bacaba, tucumã, buriti, entre outras. Existia um modo pelo qual os indígenas se relacionavam com a natureza, o qual permitia os movimentos dessa sociedade demograficamente numerosa e com modos de redes de exploração de recursos totalmente diferentes dos quais conhecemos hoje. Pode-se considerar a emergência da agricultura como um processo coevolutivo no qual seres humanos e plantas desenvolveram uma dependência mútua que tornou a vida de ambos impossíveis sem a presença do outro (NEVES, 2006).

Nas regiões tropicais úmidas, como é o caso da Amazônia, o principal sistema de cultivo é a agricultura de corte e queima, a qual foi amplamente observada por Alves (2001) entre os povos Dessanas, Munduruku e Kayapó, cada um a seu modo. Esse processo refere-se a um conjunto de técnicas utilizadas para a derrubada e a queima de uma porção de floresta, que será plantada e cultivada por um tempo determinado. Após esse tempo de uso, a área é deixada para descansar e assim se regenerar para ser novamente cultivada, anos depois. Com sofisticados sistemas de plantio, criavam-se barreiras biológicas que reduziam a propagação de pragas e doenças, em função da alta variabilidade genética do material de cultivo e da diversificação das espécies cultivadas, tanto que na literatura consultada não há citação de crises atravessadas pelas populações indígenas por falta de alimentos, em função do ataque de alguma eventual praga ou doença (ALVES, 2001).

Do ponto de vista de Teixeira (2009) a fertilidade do solo amazônico poderia ser conservada a partir da adição de lixo doméstico, cinzas, carvão, folhas mortas e composto, além de queima para o manejo integrado de plantas daninhas (MIPD), restos de colheita e galhos e folhas de árvores, provenientes tanto da própria área como trazidos de florestas próxima, revelando um dos conhecimentos sofisticados iniciados pelos indígenas.

Alguns indicadores importantes identificam que há quase 3.500 anos, a agricultura da mandioca tornou-se uma prática adotada, supostamente domesticada pelos tupis na Bacia Amazônica, levada pelos portugueses para os continentes Africano e Asiático, logo após o descobrimento do Brasil. A produção da farinha de mandioca pôde ser considerada uma das maiores contribuições da tecnologia indígena aos colonizadores brancos, pois é teoricamente fácil de fazer, armazenar, transportar e consumir (HOMA, 2003).

Embora a quantidade de espécies de plantas e frutos que hoje conhecemos possa parecer muita coisa, esse número ainda assim é quase nada perto das dezenas de milhares de espécies vegetais da Amazônia, a maioria das quais não produz alimento para seres humanos nem para outros mamíferos. Caçadores-coletores que descartam sem querer alguns exemplares do subgrupo de plantas que consomem — tirando a casca dura de certos frutos de palmeiras e deixando a semente cair no chão, por exemplo — passam a afetar a composição de espécies dos lugares por onde passam, “plantando” indiretamente as tais palmeiras por ali. É interessante dizer também, que os povos da floresta produziam fogo, faziam suas necessidades fisiológicas pela floresta, e o resultado disso era um solo altamente alterado (LOPES, 2017).

Neves (2012) explica que a ocupação humana na Amazônia é tão antiga quanto em outras áreas da América do Sul, quando nos referimos aos períodos de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. Tais evidências se fazem fundamentais para salientar que não houve problemas à ocupação da floresta tropical por grupos que não praticavam agricultura. Pode-se dizer ainda que a sociedade que ocupou a Amazônia no passado, exerceram uma ação modificadora, em alguns casos, melhoraram até mesmo as condições naturais da floresta, pelo manejo do solo evidenciado em pesquisas recentes, através da terra preta (NEVES, 2006).

Há concentrações de terra preta em sítios arqueológicos em quase toda a calha principal do rio Amazonas, na ilha de Marajó, em Rondônia, no Acre, no

Alto Xingu e, claro, fora do Brasil também, no Peru e na Colômbia. Há terra preta nas margens dos grandes rios e nas de seus tributários, mas também nos interflúvios, em alguns casos em áreas bastante remotas. A terra preta é muito mais fértil do que quase todos os demais solos da Amazônia. Arqueólogos, geógrafos e outros especialistas acreditavam que, na era pré-fertilizantes industriais e pré engenharia agrônômica, o único método de cultivo viável na região era o da coivara: a mata é derrubada, a maior parte das árvores é queimada e as cinzas do incêndio florestal servem como fertilizante para alguns anos de colheita, até que o solo se esgota por causa da rápida perda de matéria orgânica com o calor e a chuva, uma vez que fica exposto (LOPES, 2017).

Lopes (2017) diz ainda que em vários lugares da região Amazônica, em especial na Amazônia Central (no entorno de Manaus) e no Xingu, parece haver uma associação estreita entre a presença de terra preta e antigas aldeias de grande porte. Isso não significa que esse solo se formasse onde os indígenas moravam, mas sim no que parecem ter sido os depósitos de lixo dos assentamentos.

No Estado do Pará, no Município de Monte Alegre, na Caverna de Pedra Pintada, a paleontóloga Anna Curtennius Roosevelt constatou a presença dos primeiros paleoíndios há cerca de 11.200 anos. Esses paleoíndios viviam da coleta de frutas nativas e da pesca, evidenciadas através das pinturas rupestres desenhadas nas cavernas. Os indícios mostram que há cerca de 3.500 anos, o cultivo da mandioca passou a ser uma prática adotada, possivelmente domesticada pelos tupis na Bacia Amazônica (HOMA, 2003).

A sociedade indígena na Amazônia, tanto por seus feitos milenares na agricultura, inclusive com a utilização de fertilizantes naturais que geraram terras de significativa qualidade para a produção agrícola (a “terra preta”), como pela construção de lagos para a piscicultura, assim como pelo papel que tiveram na expansão da floresta amazônica, através do plantio de árvores mais úteis à sua qualidade de vida, e ainda pela produção cerâmica riquíssima, como também pelas cidades de até 40.000 habitantes e principalmente pela capacidade de sustentar uma população de 8.000.000 de habitantes, ou mais, sem destruir o meio ambiente, mas muito pelo contrário, pareceu, para alguns importantes pesquisadores, que pode ter sido um dos berços da civilização humana, ao lado da Mesopotâmia, na Ásia (<https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2015/12/1714263-antes-de-cabral-amazonia-chegou-a-ter-10-milhoes-de-indios.shtml>).

Mas a pujança desta magnífica sociedade e civilização, hoje crescentemente revelada pelo avanço das descobertas arqueológicas na Amazônia, sofreu, da mesma forma que toda a civilização pré-colombiana nas Américas (conforme os estudos indicam), um imenso e profundo golpe, quase o suficiente para extingui-la, como consequência da chegada dos europeus no século XV, particularmente em função das doenças trazidas do velho continente (sendo a varíola a mais letal de todas), para os quais os indígenas tinham pouca ou nenhuma imunidade, mas também pelos massacres por armas de fogo e outros tipos de violência. (<https://amazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>). Estudos mais recentes levantam a real possibilidade de que, até 100 anos após a chegada de Colombo às Américas, a população indígena no continente poderia ter sido reduzida a meros 10% do seu total – que alguns calculavam em até 60.000.000 de habitantes (<https://www.livescience.com/64723-great-dying-little-ice-age.html>).

A abundância de alimentos, os enormes povoados às margens do Rio Amazonas, que representavam uma magnitude populacional extraordinária para a época, registrados pela expedição do navegador espanhol Francisco Orellana, em 1542, foram considerados delírios de uma viagem cheia de aventuras e acidentes, até que a arqueologia, de umas poucas décadas para cá, começou a resgatar para a condição de veracidade muitas das anotações daquela viagem. Quando os portugueses começaram a colonizar a Amazônia, portanto, já encontraram o que restou de uma sociedade dinâmica, inovadora, sustentável e milenar. Estes colonizadores descreveram a região como uma imensidão geográfica quase desabitada, ao contrário do que registrou o Padre Gaspar de Carvajal, membro da expedição de Orellana.

### 3.3. A ECONOMIA INDÍGENA RECENTE NA AMAZÔNIA

A verdadeira hecatombe humana ocorrida ao longo do século iniciado com a chegada dos europeus nas Américas, dizimando, possivelmente, até 90% da população originária do continente, não foi o final da história para os povos indígenas americanos, inclusive para aqueles da Amazônia. Os poucos que resistiram às doenças e à violência trazidas pelos colonizadores no século XVI têm continuado a sofrer por séculos, não só por novas doenças, mas também por renovadas políticas de agressão, desrespeito, brutal violência e até novos processos de extermínio sistemático. Portanto, os indígenas

sobreviventes ao “tsunami” brutal gerado pela chegada dos europeus nas Américas nunca tiveram, pelo menos na Amazônia e no Brasil, qualquer alívio em termos da exploração, perseguição e desprezo por parte dos novos inquilinos de suas terras e florestas, apesar de serem os indígenas aqueles que a habitam, tratam, sustentam, enriquecem há já pelo menos 14.000 anos (quase sete vezes mais tempo do que aquele que nos distancia da existência de Jesus Cristo). E, infelizmente, os ataques e a violência tomam uma nova escalada nesta última década com o avanço do mercado capitalista nas áreas de fronteira econômica no Brasil e no mundo, o que tem acelerado a deterioração e até mesmo a extinção de sociedades indígenas inteiras e, quando não, de suas tradições, inclusive das práticas e organizações tradicionais de suas economias. O avanço das tecnologias, implantações de grandes empresas mineradoras, hidrelétricas, pastos agropecuários e até mesmo do agronegócio, na perspectiva de Oliveira (2008) tem sido fator fundamental para o agravamento dos impactos causados à economia e à sociedade indígena no Brasil, gerando mudanças significativas na forma tradicional de produção e viver dos indígenas.

No entanto, apesar de toda esta crescente pressão social, política, econômica e institucional, muitos indígenas na Amazônia e no Brasil resistem e acreditam na possibilidade de estender a sobrevivência, e até mesmo a recuperação, da cultura e da economia indígenas, mesmo que sabendo que tal processo teria que navegar através de um establishment acadêmico, político e institucional que cingidamente continua a fazer de conta de que não tem a responsabilidade de levantar pelo menos alguma dúvida sobre a noção de que a sociedade indígena seja um estágio inferior do processo civilizatório, como é firmado em teses ainda respeitadas de intelectuais como Rostow (1964) e de Furtado (1969). O mesmo establishment que, ao mesmo tempo, não levanta qualquer dúvida quanto à infalibilidade dos modelos de desenvolvimento que estão levando à destruição da floresta, da fauna, da flora, das águas, dos solos e ainda nos dirigindo para sociedades cada vez mais desiguais na Amazônia.

A economia indígena na Amazônia requer da academia olhares e análises mais frequentes e mais profundas, que é exatamente o que se está tentando com este trabalho. Tal economia, apesar de não mais representar o esplendor que alcançou por pelo menos três milênios, até sofrer o desmonte causado pela chegada dos europeus e de suas doenças e violência, entre quatro e cinco séculos atrás, ainda mostra coerência com o meio ambiente, mantém relações

sociais de inclusão e diversidade, assim como uma enorme resiliência em tempos ameaçantes.

### 3.3.1 UMA VISÃO GERAL DA ECONOMIA INDÍGENA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NA AMAZÔNIA

O processo de transformação da economia indígena, ocorre quando a cultura e as práticas sociais entram em constante conflitos no decorrer do tempo mediante os contatos e influências externas ao território, os quais se esforçam para manter as suas relações com a terra (RIBEIRO JUNIOR, 2014). Da Matta (1978), revelou um lado pouco visto da realidade indígena brasileira, ao apresentar e analisar os riscos de destruição do modo de viver do povo Apinayé que vivem no estado do Tocantins, um povo que corria perigo de desaparecer. Buscou com esta análise refletir sobre como têm sido a trajetória dos grupos indígenas da Amazônia que está crescentemente marcada por ameaças e ataques aos seus modos de vida e aos seus territórios.

Segundo Oliveira (1972), os indígenas foram obrigados a desenvolver um comportamento que negasse a sua identidade étnica ou condição indígena, buscando se aproximar dos modos civilizado da sociedade não indígena, os quais não deixam para trás suas tradições, costumes e cultura, deixando ser comparado com o que hoje conhecemos por caboclo. Este, por sua vez, de acordo com Vaz Filho (2010), não é visto como indígena pela sociedade capitalista, por serem mestiçados com brancos e negros, e dessa forma, perderam a cultura dos seus ancestrais. Longe disso ser verdade, é também uma recusa a história dos amazônicos, os quais trazem na memória marcas de momentos históricos dolorosos.

É provável que a mineração continue a crescer ainda mais na região amazônica, garantindo insumos minerais para a produção para a produção de bens finais não só nas áreas mais desenvolvidas do país, como dos grandes centros econômicos mundiais. Dizem ainda que, apesar de considerado, no protótipo amazônico, como sinônimo de desenvolvimento econômico, a atividade mineral se configura tradicionalmente, na região e no Brasil, com atividade de elevado potencial de impactos ambientais e sua expansão representa ameaças persistentes aos territórios indígenas e a tudo que elas representam (LAWERENCE; MORITZ, 2019).

Os desmatamentos, invasões e mineração irregulares afetam de forma recorrente e intensa os territórios desses povos, como resultado do descaso dos governantes e da falta de acesso aos serviços públicos, o que os leva ter a caça escassa e cada vez menos espaço para o cultivo de roças. Com isso, os indígenas tendem a sair de suas aldeias em busca de melhorias de vida, uma vez que foram impulsionados a se integrar, mesmo que de forma tímida, na sociedade capitalista, o que vem facilitando progressivamente o crescimento de projetos minerais (RIBEIRO, 2014).

Por muito tempo a Amazônia tem sido destaque nacional e internacional em função dos conflitos que submergem como fruto da expansão da fronteira minerária em terras indígenas com sérios impactos socioambientais (SALMAAN; De THEIJEE, 2017). A implantação destes grandes empreendimentos minerais acentua ainda mais a incidência da degradação ambiental e causa repercussões negativas, como no caso de ameaças aos povos indígenas e aos direitos humanos (PACHECO *et al.*, 2018).

Hecht (2021) discorre sobre a Amazônia ser repleta de povos e paisagens diversas, muitas vezes escondidos de uma perspectiva externa que tende a ver a região como uma vasta floresta desprovida de habitantes humanos. Por sua vez, Almeida (1989) aponta que a diversidade fundiária desta região inclui as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio”, demonstrando a larga ocupação pelos indígenas do espaço amazônico, onde, ao longo da história, vem sendo martirizados, escravizados e escondidos do resto do mundo, com o propósito de liberar o desenvolvimento do mercado.

A análise de interação dos indígenas com a Amazônia, assim como dos indígenas com o sistema capitalista mundial, alterou-se consideravelmente com a chegada de programas de desenvolvimento regional de escopo internacional, incluindo o Programa Grande Carajás, construção de usinas hidrelétricas, siderúrgicas e tudo o que com isso surgiu. Este processo, ao mesmo tempo em que acelera o avanço do grande capital na Amazônia e a destruição de práticas e estruturas da economia indígena tradicional, particularmente a partir de 1980, ocorre paradoxalmente ao mesmo tempo em que são obtidas conquistas de direitos pelos indígenas na Constituição de 1988, favorecendo diversas organizações de variados povos, regiões, gêneros, organizações de mulheres e organizações de funções sociais dentro de cada etnia, que eram as organizações entre os caciques (HECK; LOEBENS, 2005).

Heck; Loebens (2005) observa que a entrada indígena para as cidades é maior nas regiões em que os índios sofreram com a invasão e exploração de suas terras, com a chegada do capitalismo, forçando-lhes a se retirar de suas terras originárias ou reduzindo seus territórios ambientalmente degradados pela exploração. É possível constatar, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que na região Amazônica vivem 60% dos índios morando no interior e apenas 16% dos que se encontram nas cidades. Observando que, em extensão, mais de 98% das terras indígenas estão localizadas na Amazônia, pode-se dizer que existe uma relação intrínseca entre a migração e a presença de indígenas em seus territórios, bem como a existência de uma vasta de preservação dos recursos naturais.

Pelo menos até o início da década de 1990, o paradigma da modernização era visto como uma maneira indiscutível através da qual as questões da chamada pobreza do Terceiro Mundo, entendidas como expressões do subdesenvolvimento, poderiam ser resolvidas, através da aplicação da ciência e de planejamentos tecnocráticos (ROSTOW, 1971). Na Amazônia Oriental, este processo de “modernização” se torna cada vez mais ameaçador à medida que o grande capital agropecuário e da indústria mineral se tornaram dominantes regionalmente.

Little (2002) observa que a partir da década de 1980 em diante a consolidação da ideologia neoliberal e a incorporação à economia mundial de grupos antes distanciados, aumentaram ainda mais as pressões sobre os diversos territórios dos povos tradicionais, sobretudo no que diz respeito ao acesso e à utilização dos recursos naturais. As fronteiras se intensificaram no decorrer da década de 1970, abrangendo o território nacional, ampliando o crescimento da industrialização e da urbanização, aumentando dessa forma, a tensão sobre as populações do campo em geral e sobre as populações tradicionais em particular, forçando-as a uma invisibilidade ainda maior atribuindo-se a grupos compatíveis com a ‘modernização’, como os pequenos agricultores, indígenas, colonos, entre outros.

Roosevelt (1992) entende que a realidade dos modos de vida dos indígenas hoje deve ser considerada, em parte, como uma adaptação às consequências da conquista, processo que ainda está em curso, e que incluem as mudanças climáticas, que seria um fator de grande impacto.

O sistema econômico do indígena da Amazônia hoje, está voltado para a matriz agrícola, considerando que os recursos econômicos dos indígenas estão interligados com o trabalho na terra – agricultura, caça, pesca e coleta. A agricultura é continua hegemonicamente para a subsistência, embora a caça seja uma das atividades importantes para esses grupos, além do extrativismo vegetal – castanha do Pará, açaí entre outros – coletados para fins lucrativos de vendas na cidade ou em comércios das aldeias. Para além disso, com a proximidade das áreas urbanas, esses grupos tendem, cada vez mais, a sair de suas aldeias para trabalhar, seja em comércios, como prestadores de serviços público, atividades educacionais de nível básico e superior, ou outra forma de trabalho da sociedade capitalista, o que tende a modificar seus hábitos alimentares, sociais, tecnológicos e também de produção (MACÊDO, *et al.* 2016).

Da Costa (2018) verifica que com o contato de interdependência historicamente construída, adquiriu-se diversos conceitos no decorrer da história entre o urbano e a etnicidade indígena na Amazônia. No contexto do processo de inter-relação étnica, observa-se que as cidades se constituíram alicerçadas na presença e no trabalho indígena de forma individual, em organização familiar ou em grupos étnicos, vivenciam a vida urbana e, mediante a reprodução dessa forma de sociabilidade, reformulam suas identidades e práticas territoriais. Verifica-se que a atuação dos indígenas nas cidades amazônicas não deve ser entendida como desenvolvimento ou ser classificada como menos índio. A cidade de Marabá, por exemplo, através de uma variedade de caminhos e diversas maneiras de confronto com os progressos regionais e urbano, apresenta uma presença muito grande de indígenas vivendo ou transitando na área urbana.

Santos (1989) reflete a frustração das políticas de emancipação que ocorreram no final da década de 70, ressaltando que tais iniciativas do governo tiveram como consequência a facilitação de novas oportunidades de invasão às terras indígenas, destacando que as garantias indígenas, até o surgimento da constituição de 1988, não eram criteriosas, favorecendo a disputa dos grupos econômicos sobre seus territórios.

No Brasil, 12% das terras estão reservadas aos povos indígenas. A Amazônia Legal abriga 99% dessas terras e 60% das populações indígenas. Estas dependem da floresta para perpetuarem seu modo de vida e sua cultura

(AZEVEDO, 2005. p. 25). De acordo com Silva (2018) foi com o avanço do capitalismo em territórios originários, que a terra começou a cumprir a função de mercadoria, isto é, através a exploração da terra. Dessa maneira, a relação da “propriedade” da terra no Brasil é um problema. Em termos legais, possuímos vários atributos de posse, porém a realidade e a legislação são determinações decididas pela irregularidade. Em questões de conflitos de terra no Brasil, existe o interesse capitalista da burguesia agrária pela exploração da riqueza natural existente nas terras ainda ocupadas por indígenas e os limites da força política e econômica das diferentes modalidades de trabalhadores do campo, entre eles os povos originários.

Este processo histórico de avanço da economia de mercado na Amazônia, nas últimas décadas, tem encontrado elementos de resistência e proteção (na maioria das vezes acidentais) por parte de alguns poucos povos indígenas na região, ao mesmo tempo em que tem suprimido boa parte das características tradicionais da economia indígena da maioria destes povos na Amazônia. Neste sentido, há duas esferas da economia indígena nesta região: a economia de reciprocidade e a economia de mercado. A economia da reciprocidade está ligada às práticas tradicionais, às relações de trocas, a produção de forma coletiva, independentemente de relações monetárias ou financeiras, havendo discordâncias quando relacionada com a economia de mercado, que é um sistema econômico voltado para o desenvolvimento do capitalismo (HALLA,2019).

Seguindo os parâmetros da Antropologia Econômica, Luciano (2006) classifica a economia indígena em três estágios: a economia indígena tradicional; a economia tradicional em adaptação; e a economia indígena que já reproduz quase inteiramente a lógica de mercado. A primeira refere-se à reciprocidade, na qual a troca se faz presente no compadrio, trabalhando, na maioria das vezes, no cultivo de roçados e pescaria de forma coletiva. O segundo refere-se aos excedentes produzidos, ou seja, produtos ou alimentos que são produzidos para além do consumo, em alguns casos para serem vendidos nas aldeias ou até mesmo transacionado na área urbana, o que vem ocorrendo cada vez mais. E por fim, a terceira refere-se a forma pela qual os indígenas fazem as vendas do excedente, não havendo apenas a troca monetária, mas também as trocas simbólicas.

Estas trocas foram analisadas por Marcel Mauss (2003), em um dos seus maiores clássicos, chamado “Ensaio sobre a dádiva”, onde investiga a regra de direito e de interesse que impõe a retribuição nas relações fundadas em presentes, especialmente em sociedades sem o uso da moeda e, portanto, sem o mercado capitalista. Assim, estabelece o objeto da antropologia econômica como sendo a análise sobre a economia moral das trocas. Por sua vez, Sabourin (2008), ao analisar os estudos de Mauss, ressalta que as relações primitivas se revestem na forma de dádivas e de presentes, reguladas por três obrigações interligadas: dar, receber, retribuir.

Os valores como reciprocidade, o não desperdício individual de riquezas, coletividade, solidariedade e o respeito pelos conhecimentos dos mais velhos fortalecem a cultura da economia indígena, oferecendo os suportes fundamentais que propõe preservar os laços de parentesco entre os grupos locais, todos estes elementos organizam a função social dessas populações, as quais, relacionavam-se diretamente com a economia de troca, a redistribuição do excedente da produção entre os grupos locais - através do parentesco, o intercâmbio informal do trabalho, o intercâmbio simbólico para os rituais e cerimoniais e a rede de intercâmbio formal para os objetos manufaturados (AZEVEDO, 2005).

No intuito de entender as diferenças entre os processos produtivos da economia de mercado capitalista e aqueles referentes à economia indígena, a Antropologia econômica marxista já chegou a resultados muito importantes. Por exemplo, foi constatado que em todas as sociedades não existe economia baseada numa única forma de produção. Da mesma maneira, reconhece que a terra é apenas um objeto de trabalho nas sociedades de caçadores e coletores, convertendo-se em meio de produção no interior das economias baseadas no cultivo agrícola mais intensivo (SOUZA, 2002).

Em contrapartida, o capitalismo é um sistema econômico que representa um modo de produção no qual, diferentemente da economia indígena, a distribuição da produção é feita de forma desigual, não interessando as necessidades das pessoas. Enquanto na sociedade indígena tradicional a propriedade dos meios de produção e da natureza é coletiva, no capitalismo os meios de produção são propriedade de indivíduos ou empresas, que passam a deter, de forma concentrada, os recursos e forças necessárias para produzir novos bens e serviços que gerarão lucros (SILVA; SOBREIRO, 2018).

Conforme Silva (2018), o incessante interesse do grande capital continua a ameaçar as vidas dos povos da floresta, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e indígenas que vivem numa relação direta com a terra-natureza não mercadológica, e como o processo de acumulação e renovação das formas de exploração do capital requer processos ampliados de expropriação, a lógica de exploração capitalista vai de encontro com a resistência dos trabalhadores e lideranças organizados(as) do campo.

Nesse contexto, Ribeiro-Junior (2014) verifica que a relação dos povos indígenas com a natureza, caracteriza os seus vários modos de produção, e é por meio dela que vão mantendo as suas reproduções físicas, material, cultural e social, pois faz parte de suas cosmologias – os elementos da terra, rios, igarapés, sol e lua – e, é o que vai reafirmar o significado de (re)existência, manifestadas nas pautas organizadas nas últimas décadas, de luta e resistência pela demarcação de suas terras, para que possam estar em relação com os elementos da natureza e com o espaço de vida e de livre acesso, isto é, suas terras. Porém, com o crescente avanço da economia de mercado na Amazônia, acabou gerando mudanças consideráveis nos padrões de trabalho e relação com a natureza entre os indígenas, forçando-os a manter uma relação mais próxima as áreas urbanas.

### 3.2.2 ECONOMIA INDÍGENA PÓS-COLONIAL DE POVOS ESPECÍFICOS NA AMAZÔNIA

#### **a. A economia dos Ticunas**

O Povo Ticuna aqui relatado vivem na Aldeia Tukuna Umariçu, na divisa do Brasil e o Peru (MACÊDO et al, 2016). São considerados um dos povos indígenas mais numerosos da Amazônia brasileira, com cerca de 53.544 indivíduos que se encontram em territórios localizados nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça, Tonantins, Jutai, Tefé, Anamá, Beruri e Manaus. Entretanto, a maior parte da população encontra-se na margem do rio Solimões. A população regional é de 224.068 habitantes distribuídos em 37 terras indígenas (SESAI, 2014).

Macêdo (2016) em sua pesquisa sobre a Economia indígena e os modos de produzir e viver dos Ticuna na cidade de Tabatinga, no Amazonas, analisou as características da produção dos moradores da Terra Indígena Tikuna

Umariáçu, visando descrever as culturas produzidas pelos Ticuna, verificando o destino da produção cultivada por eles, e as formas de utilização da terra e o nível da produção, aplicando basicamente três tipos de questionários, os quais evidenciavam a estrutura familiar, fazendo levantamentos acerca do consumo e saneamento básico de casa, bem como, levantamento sobre documentações, níveis de escolaridade, e levantamentos do que se é produzido dentro da aldeia, por quem é produzido e como é realizada as divisões de trabalho e as relações de compra, venda e troca.

#### **b. A economia dos Yanomami**

A Terra preta é talvez um dos melhores indicadores da presença antiga dos humanos na região, e do intenso uso que os indígenas fizeram dos solos, descrito por Neves (2006). Identificando, dessa forma, um sistema histórico, intercalando curtos períodos de cultivo com longos intervalos de descanso da terra, como observado por Albert (1992) na pesquisa voltada para a economia e saúde do povo Yanomami. Uma vez aberta uma clareira, seja intencionalmente ou pela queda de uma árvore, incêndio espontâneo ou ventos fortes, essa área deve ser cultivada de maneira temporária.

De acordo com [Survival Brasil \(2021\)](#) o povo Yanomami são um dos maiores povos indígenas isolados da América do Sul, vivendo em florestas e montanhas do norte do Brasil e sul da Venezuela. Assim como muitos outros povos, os Yanomami possivelmente migraram através do Estreito de Bering, cerca de 15.000 anos atrás, entre a Ásia e a América, seguindo para a América do Sul. Sua população chega cerca de 38.000 indígenas, tendo mais de 9,6 milhões de hectares em território brasileiro, e de 8,2 milhões de hectares na Venezuela, tornando-os dessa forma, o maior território florestal indígena do mundo.

Os Yanomami são um grupo de caçadores-horticultores da floresta tropical interfluvial do oeste do maciço guianense, constituem um conjunto cultural e linguístico composto de quatro subgrupos territorialmente adjacentes que falam línguas mutuamente inteligíveis - o Yanomami aproximadamente 56% da etnia, o Yanomam 25%, o Sanumá 14% e o Ninam 5% (ALBERT, 1992).

Alguns parâmetros de reprodução dos Yanomami devem ser considerados fundamentais tanto na garantia da sobrevivência física e social do grupo quanto na preservação de seus recursos naturais. É através da caça, da

pesca e da coleta que os Yanomami adquirem de 70 a 74% dos recursos em proteínas indispensáveis a seu equilíbrio alimentar. Praticam a caça com arco e flecha (às vezes com espingarda), rastreando ou ~~atirando~~ animais (imitando seu grito); pescam com linha ou timbó; praticam a coleta de aproximadamente 65 tipos de plantas silvestres de uso alimentar, de batráquios, crustáceos, lagartas, larvas de insetos e mel selvagem (ALBERT, 1992).

A caça, a principal dessas atividades em termos de contribuição proteica (até 54% das proteínas produzidas), é uma das raras ocupações econômicas exclusivamente masculinas. É praticada por todos os homens Yanomami desde a adolescência até os 50 anos de idade, sendo a maior produtividade dos caçadores dentre 20 e 30 anos. Esta atividade é considerada pelos Yanomami uma das mais bem vistas e valorizadas, sendo também uma importante fonte de prestígio (ALBERT, 1992).

Os Yanomami praticam uma agricultura de coivara itinerante bastante sofisticada, satisfazendo a 77% de suas necessidades energéticas. As plantações das roças Yanomami se faz especialmente pela técnica de plantio de mudas (clonagem), semeando apenas algodoeiros, tabaco, milho e mamão. A tecnologia agrícola é relativamente simples; as ferramentas essenciais são o machado, o terçado, o cavador de madeira de palmeira e o fogo. As cinzas dos vegetais derrubados e queimados na abertura da clareira da roça é o único fertilizante usado. A superfície cultivada gira em torno de três a cinco hectares por comunidade em cerca de quatro anos de exploração de um sítio agrícola (formado por um conjunto de roças familiares contíguas, ampliadas anualmente a fim de manter um nível de produtividade constante). Um novo sítio abre-se a cada cinco anos em média, num raio de uma dezena de quilômetros do precedente, ocasionando geralmente a construção de uma nova casa coletiva (ALBERT, 1992).

### **c. A economia dos Wai Wai**

De acordo com oliveira (2010) os Waiwai são falantes de uma língua da família caribe. No Brasil, as comunidades waiwai estão divididas em três Terras Indígenas: Wai-Wai, no sudoeste de Roraima; Nhamundá-Mapuera, no noroeste do Pará e norte do Amazonas; e Trombetas-Mapuera; que abrange uma grande área entre o extremo sul de Roraima, o extremo norte do Amazonas e o noroeste do Pará. Os indígenas WaiWai fazem parte de um complexo cultural denominado

Tarumã-Parukoto, onde vivem vários povos indígenas como os Karapawiana, WaiWai, Katuena, Tikiana, Xereu, Tunayana, Pianokoto, entre outros. Esse complexo cultural está localizado em uma extensa área compreendida pelas bacias dos rios Trombeta, Jatapú, Mapuera, Anauá, Nhamundá e Mapuera, abrangendo os Estados de Roraima, Amazonas e Pará

A TI Wai Wai foi demarcada pela Portaria nº 1441/E, de 05 de outubro de 1982. No entanto, somente no dia 23 de junho de 2003, foi homologada, então a TI Wai Wai, compreende uma área total de 405.698 há. A TI WaiWai foi a segunda Terra Indígena do complexo cultural Tarumã-Parukoto a ser delimitada e demarcada e fica localizada no Estado de Roraima, nos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá. De acordo com os dados do ISA (2006) a população Wai Wai no Brasil é de aproximadamente 2.805 pessoas. Atualmente o povo WaiWai vive distribuído ao longo dos rios Jatapú, Jatapuzinho (Terra Indígena Trombeta Mapuera) e Anauá.

Para Souza (2008), segundo os dados históricos levantados e descritos por viajantes e missionários, demonstraram que, pelo menos desde o século XVII, os povos indígenas WaiWai vêm sendo contactados. A população indígena WaiWai vive em casas construídas em estilo tradicional, do tipo de cobertura de palha, paredes de madeira e piso de barro e, algumas poucas, no modelo regional, com a inserção da telha de amianto. A cultura dos indígenas WaiWai ainda é mantida a língua, que é falada em todas as comunidades, bem como as pinturas corporais, as danças e as comidas tradicionais.

De acordo com Schroder (2003), entre os povos indígenas na Amazônia, a caça nas comunidades indígenas é principalmente um complemento, sendo o complemento principal em 53,6% e o complemento secundário em 33,9%. A caça, geralmente é uma atividade masculina, representando as exceções dos padrões culturais. Além da agricultura de coivara, suas atividades de subsistência se baseiam na caça, tendo com os principais produtos da caça: anta, veado, porco do mato, macaco (coatá, guariba, prego), mutum, jacamim, cutia, paca, tatu, jabuti, tucano, araras etc. As aves são também caçadas por sua plumária, pois as penas são utilizadas no artesanato.

A atividade da coleta de castanhas ocupa apenas alguns meses no ano, deixando as comunidades livres para desenvolverem outras atividades nas aldeias nos outros meses do ano. Então no período da colheita da castanha, a maioria das comunidades passam de dois a três meses na floresta coletando a

castanha, por volta dos meses de maio a agosto, época em que todas as castanhas já caíram e que os rios estão cheios para o transporte fluvial. Devido a castanha ser um produto com altíssimo potencial de comercialização, não faltam compradores interessados em obter a compra das castanhas.

#### **d. A economia dos Xikrin**

Como todas as etnias indígenas que viviam na Amazônia Brasileira na época do descobrimento do Brasil, os Xikrin passam pela pressão exercida pelo choque de dois mundos com concepções diferenciadas (social, cultural e econômica), uma abrangente e complexa interação com os agentes não indígenas que inclui o estado brasileiro e os mercados de consumo da sociedade nacional, resultado das transformações contemporâneas da globalização, que vão se chocar com o modelo “arcaico” das sociedades indígenas. Os séculos que sucedem o descobrimento são determinantes no cotidiano dos povos indígenas. Muitos foram extintos, alguns acabaram absorvidos pelo novo modelo de sociedade, particularmente a situação em que vivem hoje do povo Xikrin, é resultado de um conjunto de mudanças que atingiram a Amazônia nos últimos séculos, mais intensamente nas últimas décadas, o que resultou em visível ampliação no universo das suas relações. Nesse sentido, atualmente suas relações estão estreitamente ligadas aos domínios da vida nacional e internacional, o que os integram com “diversos órgãos da burocracia estatal, setores da sociedade civil, empreendedores locais, nacionais e internacionais, grandes corporações, ONGs, missionários, antropólogos, ambientalistas e agências multilaterais de financiamento” (GORDON, 2003).

Atualmente os Xikrin estão estabelecidos na Terra Indígena demarcada segundo a legislação brasileira. De acordo com a Funai, a reserva dos Índios Xikrin tem um território demarcado de 439.150 ha, localizada principalmente nos municípios de Parauapebas e Água Azul do Norte, no limite oeste da FN Carajás. Segundo Cohn (2000) nas últimas duas décadas, os dados demográficos demonstram que os Xikrin têm tido crescimento populacional constante, devido ao grande número de nascimentos, ao lado do número reduzido de morte de adultos e da redução considerável da mortalidade infantil. Isto se deve ao abandono de certos tabus de controle de natalidade e à assistência do órgão oficial indigenista.

A subsistência dos Xikrin tem mudado gradualmente, antigamente tinham sua economia baseada na caça (anta, veado, caititu, queixada, jabutis, tatus, macacos, paca, cotia, capivara etc.), pesca (pescam pequenos peixes, entretanto, na época de verão chegam a comprar peixes na cidade) e na prática da coivara (preparo do terreno para o cultivo divide-se em três fases sucessivas: a broca e a derrubada maio e junho, a queimada e o plantio outubro). Hoje além de plantas tuberosas (batata doce, mandioca, macaxeira, melancia, inhame e cará), milho (as roças foram registradas sempre dentro da terra indígena), frutífera (banana, mamão, açaí, bacaba, inajá, bacuri, cacau bravo, ingá, jatobá, pequi, entre outros, no entorno das aldeias são plantadas manga, abacate, laranja, limão, goiaba, essas últimas não eram plantadas no passado), têxtil (algodão), tintoriais (jenipapo, urucum) medicinais e de outras utilidades (fumo, cabaças, óleo de babaçu). Destaque também para a coleta anual da castanha-do-pará, comercializada na região de Marabá (GORDON, 2003).

Conforme GORDON (2003) a infraestrutura da aldeia proporciona atividades e produções nas aldeias que descaracterizam o estilo de vida Xikrin, uma vez que geram demanda de produtos e serviços industrializados, que exige intenso relacionamento com mercados urbanos locais e de crescente monetarização.

#### **e. A economia dos Guajajara**

Os Guajajara compõem uma das etnias mais numerosas do Brasil, segundo o Instituto Socioambiental (ISA). De acordo com dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) de 2014, estima-se uma população de 27.616 pessoas; de acordo com o Censo do IBGE de 2010, mais de 8.000 falavam a língua Guajajara.

De acordo com Diniz *et al* (1979) a economia de subsistência baseada na agricultura de coivara, na caça, coleta e pesca é ainda mantida entre o povo Guajajara, mas a proximidade com a urbanização, os levou a dependência da economia da região. Por esse motivo, dedicam-se a confecção de artesanatos para venda, fazem serviços para terceiros e constituem dessa forma uma nova fonte de renda, fora dos padrões tradicionais.

De acordo com Schroder (2000) a principal de subsistência do povo Guajajara é a lavoura, seguida da pesca, caça e coleta. Fazem parte das suas plantações - mandioca, macaxeira, milho, arroz, abóbora, melancia, feijão, fava,

inhame, cará, gergelim, amendoim. A pesca é mais praticada pelas aldeias ribeirinhas. Os Guajajara costumam pescar cerca de 36 espécies diferentes, sendo o cará, o cascudo, a lampreia, o mandi, o pacu, o piau e a traíra as mais comuns. Os Guajajara caçam tradicionalmente mais de 56 espécies, sendo as mais comuns o caititu, a cutia, o jacamim, o jacu, a queixada e diversas espécies de macacos e tatus. A coleta ainda é praticada por quase todos os Guajajara. As atividades de coleta, no entanto, estão sendo substituídas cada vez mais pela fruticultura nas aldeias e roças. O único produto florestal ainda coletado em maiores quantidades para fins comerciais é o mel.

#### **f. A economia dos Gaviões**

O povo “Gavião” habita na Terra Indígena Mãe Maria, em uma área de 62.488 ha, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, estado do Pará. É limitada a oeste pelo rio Flecheiras e a leste pelo rio Jacundá e ao norte ao sul por duas linhas secas. Essa área foi homologada pelo Decreto nº 93.148, assinado pelo Presidente José Sarney e publicado no Diário Oficial da União em 21/08/1986. Nesta terra indígena os “Gavião” estão constituídos em três grupos divididos em seis aldeias com lideranças diversas cujas posições em relação aos grandes projetos de “desenvolvimento” se diferenciam dependendo dos seus interesses. As relações de trabalho empreendidas pela FUNAI e impostos nos primeiros anos aos indígenas em Mãe Maria, sobretudo os *Parkatêjê* liderado por *Krôhokrenhum*, e, posteriormente, os *Kyikatêjê* sob a liderança de *Kinaré* foi na produção da castanha (RIBEIRO JUNIOR, 2014).

Durante a década de 70, os grupos locais *Akrãtikatêjê*, *Kyikatêjê* e *Parkatêjê*, embora confinados à área Indígena Mãe Maria, se constituíram como uma unidade indígena “Gavião”, ou melhor, a “Comunidade Indígena *Parkatêjê*”, com vistas à organização e mobilização de ações conjuntas na busca por autonomia e autodeterminação, seja na comercialização da castanha, ou das conflituosas negociações com o Estado ou com empresas, como a Eletronorte e a mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (MIRANDA, 2015). A transferência de todos os grupos locais para a Terra Indígena Mãe Maria, permitiu a Funai constituir ali a força necessária para o desenvolvimento de uma atividade que chegou a fazer desse posto o maior produtor de castanha.

Capelli *et al* (2001) observa que uma das estratégias de subsistência desenvolvida por este povo foi a caça de animais, a venda de carnes e couros

de animais de caça, a agricultura de subsistência e a coleta de frutos silvestres. Contudo, a introdução de alimentos industrializados em sua dieta vem aumentando progressivamente, como o óleo de soja, sal, açúcar, café, pão e biscoito, obtidos quando saem da aldeia.

**Quadro 1. Análise dos Sistemas Econômicos de Diversos Povos Indígenas na Amazônia**

Povos	Produção	Distribuição	Troca	Consumo
<b>Ticuna</b>	Mandioca (farinha, tucupi, goma) banana, abacaxi, cana, cará, milho e melancia Artesanato	Se estruturam como agricultores familiares, com cada família tendo um lote de terra	Mandioca, banana, abacaxi, cana, cará, milho, melancia, galináceos, caças e artesanatos.	Mandioca, banana, abacaxi, cana, cará, milho, melancia, galináceos, caças e produtos industrializados.
<b>Yanomami</b>	Algodão, tabaco, milho, banana, mamão, taioba, batata doce	Todo o processo de produção e distribuição é coletivo	Algodão, tabaco, milho, banana, mamão, taioba, batata doce, peixes e caças	Algodão, tabaco, milho, banana, mamão, taioba, batata doce, peixes e caças e produtos industrializados em menor proporção.
<b>Wai Wai</b>	Coleta de castanha-do-Pará, açai, nozes, pupunha, buriti, caju	Se estruturam como agricultores familiares, com cada família tendo um lote de terra	castanha-do-Pará, açai, nozes, pupunha, buriti, caju, caças, peixes	Coleta de castanha-do-Pará, açai, nozes, pupunha, buriti, caju, caças, peixes e produtos industrializados.
<b>Xikrin</b>	Coleta de palmito, castanha-do-Pará, coco babaçu, mel, açai, artesanatos	Mesclam a distribuição coletiva dos bens com a apropriação familiar	palmito, castanha-do-Pará, coco babaçu, mel, açai, peixes, caças	palmito, castanha-do-Pará, coco babaçu, mel, açai, peixes, caças e produtos industrializados.
<b>Guajajara</b>	Produção e coleta de mandioca, milho, arroz, abóbora, melancia, feijão, fava, inhame, gergelim, amendoim	Mesclam a distribuição coletiva dos bens com a apropriação familiar	mandioca, milho, arroz, abóbora, melancia, feijão, fava, inhame, gergelim, amendoim, pesca, caças	mandioca, milho, arroz, abóbora, melancia, feijão, fava, inhame, gergelim, amendoim, pesca, caças e produtos industrializados.
<b>Gavião</b>	Coleta de bacaba, açai, inajá, macaúba, coco babaçu, ingá, cupuaçu, castanha-do-Pará, mandioca (farinha), lagos artificiais (peixes)	Mesclam a distribuição coletiva dos bens com a apropriação familiar	bacaba, açai, inajá, macaúba, coco babaçu, ingá, cupuaçu, castanha-do-Pará, mandioca (farinha)	bacaba, açai, inajá, macaúba, coco babaçu, ingá, cupuaçu, castanha-do-Pará, mandioca (farinha), peixes, caças e produtos industrializados.

Fontes: elaborado pelos autores: Albert (1992); Capelli et al (2001); Conh (2000); Diniz et al (1979); Gordon (2003); Macêdo (2016); Miranda (2015); Neves (2006); Oliveira (2010); Ribeiro-Junior (2014); Souza (2008); Schroder (2000-2003).

Observamos que não existe uma forte congruência entre os produtos produzidos pelas economias dos diversos povos, demonstrando as ligações dos indígenas com o seu ambiente externo mais próximos. Cada ambiente circundando a terra de cada povo pode apresentar maiores ou menores condições ideais de produção para cada um dos produtos.

No caso da distribuição, percebe-se que nenhuma das economias destes povos indígenas já se transformou inteiramente em economias de mercado capitalista, visto que não há presença marcante de empresários capitalistas. Mas, pelo menos duas destas economias estão se transformando em uma estrutura com forte presença da agricultura familiar, que não é um empreendimento capitalista, mas também acaba se distanciando do funcionamento mais coletivo da economia. Na agricultura familiar a produção é feita por cada família e a tendência da distribuição dos bens e serviços produzidos é medida igualmente com base na família. Em compensação, três dos seis povos ainda mesclam a agricultura familiar com a estrutura coletiva do sistema econômico e um deles ainda funciona majoritariamente no formato baseado na propriedade e distribuição coletiva. É impressionante que passados quase 500 anos de forte influência e mesmo imposições de valores e modelos de uma sociedade marcadamente aderente aos valores do capitalismo comercial (nos primeiros 300 anos, até a chegada da exploração capitalista da borracha/seringueira) e depois exclusivamente capitalista, as economias indígenas destes importantes povos da Amazônia ainda estejam fortemente influenciados pela estrutura ideológica, cultural e política de seus antepassados previamente à chegada dos europeus na região.

Na troca e consumo pode-se observar as mesmas características do processo produtivo, com a escolha dos produtos a serem adquiridos e consumidos largamente determinados pelo que é produzido, que por sua vez depende fundamentalmente das condições ambientais e de solo no entorno de cada comunidade.

## **CONCLUSÃO**

A elevação da qualidade das políticas públicas para os povos indígenas na Amazônia depende, assim, em grande parte, do avanço do conhecimento sobre a economia indígena, tanto no passado, como contemporânea. A apropriação desta realidade ajuda a construir políticas públicas que possam

efetivamente oportunizar aos povos indígenas da Amazônia melhor resgatar suas culturas, conhecimentos, instituições, recursos naturais, tecnologias, economias e a qualidade de viver dentro e fora dos seus territórios. Acima de tudo, poderá permitir lições que construam uma sociedade e uma economia mais sustentáveis na Amazônia, no Brasil e no planeta.

## REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce *et al.* **URIH1: Terra, Economia e Saúde Yanomami.** Universidade de Brasília, 1992.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. 1989. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. *In. Natrilha dos grandes projetos.* E. Castro, and J. Hebbete, comps., 163-96. Belém: NAEA, UFPA.
- ALVES, Raimundo Nonato Brabo. Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2001.
- ARRUDA, Emílio J. M. Filho; FARIAS, Milton Cordeiro Filho. **Planejamento da pesquisa científica.** São Paulo: Atlas, 2013.
- AZEVEDO, Luiza Luíndia. Ecoturismo de grupos indígenas: Experiências Sustentáveis. 2005.
- CAPELLI, Jane de Carlos Santana; KOIFMAN, Sergio. Avaliação do estado nutricional da comunidade indígena Parkatêjê, Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 433-437, 2001.
- COHN, Clarice; VIDAL, Lux Boelitz. **A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado.** 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- COSTA, Kelerson Semerene. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **Série de Estudos e Ensaios/Ciências Sociais/FLACSO-Brasil**, p. 1-25, 2009.
- COSTA, Renata. M. G. F. **Projetos Agroambientais em Terras Indígenas: Perspectivas atuais sob a ótica de etnodesenvolvimento.** Ver. Brasileira de Agroecologia, v. 4, 2, nov. 2009.
- DA COSTA MALHEIRO, Tatiane de Cássia. **Trajetórias Indígenas E Memória Urbanas Na Produção Socioespacial Da Cidade De Marabá.** 2018.
- DA MATTA, R.; LARAIA, R. de B. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, Edson Soares; CARDIA, Laís M. A situação atual dos índios Tenetehara. **Revista de Antropologia**, p. 79-85, 1979.
- DO ROSÁRIO, Jocenilda Pires de Sousa; DO ROSÁRIO, Samuel Antonio Silva. A cronística de Gaspar de Carvajal e a colonização da Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. 6, n. 4, p. 93-107, 2018.
- CELSO, FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. **Companhia editora Nacional São Paulo**, 1969.

GORDON, César. Folhas pálidas: a incorporação Xikrin (Mebêngôkre) do dinheiro e das mercadorias. **Rio de Janeiro: PPGAS-MN, UFRJ, 2003.**

HALLA, Márcio. **Economia Indígena, Governança econômica Territorial e Cadeias da Socio biodiversidade.** <https://www.foresttrends.org/uploads/2019/12>.

HARNECKER, Marta. **Conceitos Elementais do Materialismo Histórico. 1ª.** 1973. Tese de Doutorado. Ed. S/l: s/e.uj

HARNECKER, M. URIBE, G. Explorados e exploradores. Primeira Edição: 1976. Fonte: Iniciativas Editoriais. Tradução e adaptação: Maria José.

[HECHT, S. et al. Amazon in Motion: Changing politics, development strategies, peoples, landscapes, and livelihoods, 2021.](#)

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos avançados**, v. 19, p. 237-255, 2005.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. **Área de Informação da Sede-Livro científico (ALICE)**, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologiacientífica.** São Paulo: Atlas, 6ª edição, 2005.

LAWRENCE, Rebecca; MORITZ, Sara. Mining industry perspectives on indigenous rights: Corporate complacency and political uncertainty. **The Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 1, p. 41-49, 2019.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.332, 2002.

LOPES, Reinaldo José. **1499: o Brasil antes de Cabral.** HarperCollins Brasil, 2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACÊDO, A. M.; OLIVEIRA, P. C.; BRASIL, M. C.; WENDHAUSEN, E. J. (2016).

Economia indígena: os modos de produzir e viver dos Ticuna na cidade de Tabatinga(AM). *Anais*, 1-18.

MAUSS, Marcel. **“Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedadesarcaicas”** em *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MARX, K. **Produção, consumo, distribuição, troca [circulação].** In:

*.Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011 [1858], p. 7-64.*

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** Edusp, 2007. NEVES, Eduardo. **Arqueologia da Amazônia.** Zahar, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC—1.500 DC). **São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2012.**

OLIVEIRA, A.C; LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). **Espaço Ameríndio**, v. 2, n. 2, p. 186, 2008.

OLIVEIRA, Leonor Valentino de. **O cristianismo evangélico entre os Wai Wai: alteridades e transformações entre as décadas de 1950 e 1980.** 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o Mundo dos Brancos: Uma Interpretação Sociológica da Situação dos Tukúna.** 2ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

PACHECO, Fernando António Leal et al. Land degradation: Multiple environmental consequences and routes to neutral. **Current Opinion in Environmental Science & Health**, v. 5, p. 79-86, 2018.

PEREIRA, Ricardo Neves Romcy. Os verdadeiros donos da terra: paisagem e transformação no Baixo Tapajós. Tese de doutorado em Antropologia Social. DAN- UnB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2V6bFnp>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

PRUMERS, H., BETANCOURT, CJ, IRIARTE, J., ROBINSON, M., SCHAICH, M.

(2022). Lidar revela urbanismo pré-hispânico de baixa densidade na Amazônia boliviana. **Natureza**, p. 1-4.

RIBEIRO-JUNIOR, R. **Akrâtikatêjê: dominação e resistência na luta por seu território.** /Ribamar Ribeiro Junior. 2014.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. História dos índios no Brasil, p. 53-86, 1992.

ROSTOW, W. W. (1964). The stages of economic growth; a non-communist manifesto. Cambridge Eng., University Press.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 131-138, 2008.

SALMAN, Ton; DE THEIJE, Marjo. Analysing conflicts around small-scale gold mining in the Amazon: the contribution of a multi-temporal model. **The Extractive Industries and Society**, v. 4, n. 3, p. 586-594, 2017.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Povos Indígenas e a Constituinte**. Florianópolis: UFSC/Movimento, 1989.

SILVA, Antônia Rodrigues da. **Concepções e práticas de Educação Escolar Indígena. Institucionalidade**. Estudo da Arte e Escolarização dos Tikuna no Alto Solimões-AM. Tese: Universidade Federal Do Amazonas- PPSCA, 2016.

SILVA, C. T; SOBREIRO, C. R. A Expansão Espacial do Capitalismo na Amazônia Brasileira: O caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, p. 124, 2015.

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal**. Editora Universitária UFPE, 2003.

SOUZA, J. O. C. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 211-253, 2002.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. 1ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro/São Paulo, 2019.

TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes *et al.* **As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009.

VAZ FILHO, Florêncio A. **A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia**. Belém, Imazon, 2014.